



# **Compensação e monoculturas: ameaças crescentes aos territórios**

**Boletim do WRM 272**

Outubro 2024

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

# Índice

NOSSA OPINIÃO: COP 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica: Soluções para empresas, perdas para a biodiversidade e as comunidades.....	3
PODCAST - Indonésia: Mulheres Dayak defendem a floresta de Tambun Bungai.....	6
Gabão: Controvérsia sobre o projeto de monocultura de eucalipto nos Planaltos Batéké.....	9
A República do Congo sob o efeito da expansão das plantações de árvores destinadas ao mercado de carbono: o lado oculto de um mercado opaco e de greenwashing.....	13
A “política climática” da Tailândia, baseada na compensação: mais caos climático e injustiça.....	19
A Portucel/Navigator e o eucalipto em Moçambique: “O que essa empresa deixa para a população é 0%” .....	24
DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM	
Para reler: Destruo aqui e destruo ali: as compensações por perda de biodiversidade como dupla exploração.....	28
RECOMENDADOS	
De grileiros a cowboys do carbono: uma nova disputa por terras comunitárias em curso.....	28
Créditos de carbono de Moçambique: receitas baixas, aumento do desmatamento e benefícios limitados para as comunidades.....	28
Por que insistir em um mecanismo ineficaz para enfrentar a crise climática? Reflexões acerca da decisão sobre créditos de carbono na Amazônia colombiana.....	29
Brasil: Territórios em Chamas.....	29
O Programa de Produção Alimentar Merauke, em Papua: uma tragédia anunciada.....	29

## NOSSA OPINIÃO

# **COP 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica: Soluções para empresas, perdas para a biodiversidade e as comunidades**

**Entre 21 de outubro e 1º de novembro, acontece na Colômbia a COP16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), uma iniciativa que tem falhado em seu objetivo de conter a alarmante perda de biodiversidade. De 30 anos para cá, em vez de pôr fim à destruição causada pelas empresas extrativistas, as propostas da CDB vêm piorando a situação, com ações que prejudicam a soberania e a permanência de Povos Indígenas e comunidades nos territórios que estes habitam e protegem.**

A destruição da biodiversidade para alimentar a ganância das empresas tem se manifestado na forma de números e dados alarmantes: 54% das zonas húmidas desapareceram desde 1900, a degradação do solo devido às atividades humanas está causando a extinção de um sexto das espécies, e 50% da expansão agrícola entre 1980 e 2000 ocorreram em áreas de florestas tropicais devastadas (1). Na Ásia, a monocultura do dendê foi a principal causa da perda florestal nesse período.

Há 32 anos, durante a Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro, no Brasil, mais de 170 países se comprometeram a tomar medidas para começar a conter essa destruição. Com esse objetivo, assinaram a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Porém, o fracasso foi retumbante.

Apesar das numerosas declarações a favor da ação e da adoção de objetivos e metas, os governos não demonstraram qualquer interesse real em tomar as medidas necessárias para interromper a destruição da diversidade biológica. Basta analisar o cumprimento dos objetivos estabelecidos para a década 2010-2020, conhecidos como metas de Aichi: nenhuma delas foi atingida.

A 16ª Conferência das Partes (COP) da CDB acontece em Cali, na Colômbia, entre 21 de outubro e 1º de novembro de 2024. Os negociadores dos governos pretendem avaliar os avanços de cada país em direção às novas metas estabelecidas para 2030, incluídas no chamado Marco Global da Biodiversidade. No entanto, mais de 85% dos países deixaram de cumprir o prazo para apresentar seus novos compromissos antes do início da COP (2), mostrando que a falta de comprometimento não mudou.

Para conter a devastadora problemática da biodiversidade e tentar revertê-la, seria necessário, antes de tudo, acabar com a destruição causada por empresas de petróleo, mineração, agroindústria, plantações florestais, hidrelétricas, etc, e os outros setores econômicos que se beneficiam, como companhias aéreas, bancos, finanças, investidores, etc. Mas, em vez disso, as propostas a ser implementadas a partir da CDB tendem a agravar a situação através de ações que prejudicam a soberania e a permanência de Povos e comunidades Indígenas nos territórios que habitam e protegem.

Uma das maneiras específicas pelas quais a CDB gera esse tipo de conflito é o objetivo conhecido como 30x30, que foi promovido por grandes ONGs conservacionistas. Esse objetivo visa ter 30% da superfície do planeta, tanto terrestre quanto aquática, declarada como área protegida até 2030, sem levar em conta o sofrimento e a resistência de milhares de comunidades afetadas pela imposição dessas áreas de conservação em seus territórios, com graves violações dos seus direitos. Esse modelo de conservação desprovido de gente está longe de ser uma solução e, pelo contrário, gera conflitos e violência, e ceifa vidas em comunidades que perdem o controle dos territórios que habitam.

Outra das ameaças mais preocupantes, gerada pela CDB e pela influência empresarial na referida convenção, é incluir compensações e créditos de biodiversidade como um mecanismo legítimo de “reparação” pela destruição causada pelas empresas.

Por meio da compensação, as indústrias poluidoras reivindicam o direito de destruir territórios, com a desculpa de que danos e perdas serão compensados em algum outro lugar do planeta, o que não é possível. [Em uma declaração recente](#), centenas de organizações da sociedade civil alertaram: “A compensação da biodiversidade pode gerar conflitos sobre os direitos de posse e uso da terra, pesca e florestas, competindo com a agroecologia e a pequena agricultura e prejudicando a soberania alimentar. “É provável que isso gere concentração de terras, deslocamento de comunidades, aumento da desigualdade no acesso à terra e violações dos direitos humanos, como acontece com as compensações de carbono.”

Esta declaração alerta que esses créditos e compensações pretendem imitar os que já existem para o carbono, não só reproduzindo seus fracassos, mas também aprofundando os impactos negativos ao incluir inúmeras formas de vida em uma estratégia de financeirização. O que está provado, até agora, é que esse tipo de mecanismo beneficia as grandes corporações que continuam poluindo – como as petrolíferas, as mineradoras ou as companhias aéreas – bem como a cadeia de gestores, certificadores, consultores e financiadores que os implementam. Isso ocorre enquanto as comunidades sofrem impactos e são enganadas, com casos amplamente documentados pela academia e pela imprensa, entre outros.

Convidamos você [a ler a declaração completa](#), que também faz diversas propostas para outro ponto central da agenda da COP16: o financiamento de estratégias para conter a perda de biodiversidade.

Da mesma forma, o boletim inclui artigos que explicam como projetos baseados na lógica da compensação e da monocultura de árvores se expandem e ocupam territórios, além de outros que exaltam a resistência das comunidades.

Vindo do Gabão, um dos artigos documenta o poder de resistência das comunidades contra as tentativas da empresa Sequoia de estabelecer 60 mil hectares de plantações de eucalipto na região dos Planaltos Batéké, que também seriam usadas para gerar créditos de carbono. Outro artigo, da República do Congo, também descreve a concentração de terras visando estabelecer monoculturas de árvores para o mercado de carbono, levada a cabo por empresas petrolíferas,

entre outras, com fins de lavagem verde. Um terceiro artigo conta como, em duas províncias de Moçambique, as monoculturas de eucalipto têm devastado a diversidade biológica e genética contida nas machambas, ou áreas de cultivo tradicional, homogeneizando em vez de permitir a expressão da diversidade de sementes e variedades locais, que desaparecem com o avanço da indústria de celulose.

Também há um artigo da Tailândia, no qual se analisa a estratégia do governo daquele país de aplicar uma política climática baseada na compensação, um conceito com contradições inerentes e que amplia o controle das empresas sobre as terras comunitárias, a ser extrapolado agora da esfera do clima para a da biodiversidade. Os projetos de compensação seriam realizados em zonas verdes que cobrem mais de 50% do país.

Por fim, apresentamos o terceiro episódio do Podcast intitulado “Lutas de mulheres pela terra”, que visa destacar a voz das mulheres e as suas muitas formas de resistência contra a ocupação dos seus territórios. Este terceiro episódio, vindo da Indonésia, foi produzido em conjunto com a organização Solidaritas Perumpuan e relata as experiências de mulheres da região de Kalimantan que enfrentam projetos de plantações e de REDD.

Este conjunto de casos mostra como o tipo de ações propostas pela COP afeta a soberania das pessoas sobre os territórios que habitam, soberania esta que é essencial para conter a crise da biodiversidade. Diante disso, muitos desses povos e comunidades de todo o planeta estão reivindicando o controle dos territórios que ocupam e lutando por sua defesa, que é a defesa da diversidade biológica – é a defesa da vida!

(1) [Estado actual y resultados de la IPBES | Biodiversidad Mexicana](#)

(2) [COP16: More than 85% of countries miss UN deadline to submit nature pledges - Carbon Brief](#)

## PODCAST - Indonésia: Mulheres Dayak defendem a floresta de Tambun Bungai

**Este artigo conta a história de um podcast que está sendo lançado em conjunto com Solidaritas Perempuan, uma organização feminista da Indonésia. É o terceiro episódio da série “A luta das mulheres pela terra”, que o WRM vem produzindo com organizações de diferentes países. Ele conta a história da resistência das mulheres às plantações industriais de dendê, ao REDD e a um mega-projeto de produção de alimentos em três aldeias de Kalimantan Central.**

### [Ouça o podcast](#)

*“Haga lewun keton, petak danom, ela sampai tempun petak nana sare (língua Dayak) – “Cuidem da casa de vocês. Não deixem que forcem vocês a cultivar nos limites da floresta, porque vocês são as donas da terra.” (1)*

Tammun Bungai é o nome de um guerreiro do antigo reino da tribo Ngaju Dayak, o Reino Tanjung Pematang Sawang. O povo Dayak costumava chamar Kalimantan Central de Tambun Bungai. Antes que os investidores chegassem e começassem a dominar a Terra de Tambun Bungai com suas máquinas pesadas, o povo Dayak de Kalimantan Central, principalmente as comunidades de Mantangai Hulu, Kalumpang e Sei Ahas, era autossuficiente e vivia em prosperidade. As colheitas de seus campos e hortas eram abundantes, mais do que o suficiente para atender suas necessidades alimentares entre uma safra e outra. Isso incluía excelentes variedades locais de arroz, como Garagai, Siyam, Indu Sangumang, Red Boras, Bariwit, Kawung, Baputi, Manyahi, Jambu Bahandang, Tampurihat, Luwaw kantor, Hamuntai Bahenda e Nampui. Os legumes e verduras também eram abundantes na floresta deles, e costumava haver muitos peixes nos rios. Borracha, ratã, bem como outros produtos florestais aumentavam sua prosperidade e seu bem-estar.

Para essas comunidades Dayak, os problemas começaram em 1995, com duas decisões presidenciais: uma norma relacionada à situação de segurança alimentar da Indonésia e um decreto sobre o uso de turfeiras para o cultivo de alimentos em Kalimantan Central (Decreto nº 82/1995). Este último foi implementado pelo então Ministro de Questões de Transmigração, Siswono Yudo Husodo. Naquela época, a Indonésia vivia sob o chamado regime da Nova Ordem, do presidente Suharto. A ambição do governo de alcançar a autossuficiência do país em produção de arroz motivou uma transmigração de pessoas com o objetivo de usar turfeiras para produzir alimentos. Como resultado do Projeto de Limpeza de Turfeiras (PLG), nada menos que 1 milhão de hectares de turfeiras e pântanos foram limpos e abertos ao plantio de arroz. Com o objetivo de criar as condições para esse projeto, foram construídos canais em todas as florestas de turfa de Kalimantan Central. No entanto, o projeto foi um grande fracasso, pois as turfeiras não são adequadas para cultivar variedades híbridas de arroz.

O governo do presidente Jokowi – que deixou a Presidência em 20/10/2024 - repetiu o mesmo erro ao lançar mais um mega-projeto de produção de alimentos (Food Estate Program) na região, cujo objetivo é manter a segurança alimentar no país. Trata-se de um dos quase 200 Projetos Estratégicos Nacionais (PSN) do governo indonésio para o período de 2020-2024,. O governo investiu até 1,5 trilhão de rúpias nesse mega-projeto, mas esta segunda tentativa também fracassou.

A limpeza de turfeiras pelo governo abriu a porta para que investidores poderosos assumissem o controle das florestas do povo Dayak em Kalimantan Central, que vêm sendo constantemente exploradas por empresas privadas e estatais. Ao longo dos anos, e principalmente durante a estação chuvosa, grandes plantações brotaram como capim na região. De acordo com dados da Diretoria Geral de Plantações, Kalimantan Central tem a terceira maior área de dendezeiros da Indonésia. Em 2022, havia quase 1,9 milhão de hectares dessas plantações na província, com os pequenos produtores respondendo por 330 mil e empresas privadas nacionais administrando os restantes 1,5 milhão de hectares.

As mineradoras também poluíram o espaço de vida bonito e saudável das comunidades Dayak, e a cobertura florestal de onde elas tiram seu sustento tem diminuído continuamente. Devido às atividades dessas empresas, os rios foram poluídos por produtos químicos tóxicos, ameaçando de extinção a peixes e outras espécies fluviais. Além disso, o povo Dayak – principalmente as mulheres – está tendo dificuldades de obter medicamentos tradicionais na floresta. (2)

As plantações de dendê e a mineração em grande escala não foram as únicas ameaças. Em 2009, foi estabelecido um projeto de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) chamado de Parceria Florestal Climática de Kalimantan (Kalimantan Forest Climate Partnership, KFCP). Esse projeto foi uma colaboração entre os governos da Indonésia e da Austrália, e foi iniciado com um financiamento de 30 milhões de dólares e uma área de concessão de 120 mil hectares no subdistrito de Mantangai, distrito de Kapuas, Kalimantan Central. O projeto gerou problemas e conflitos horizontais dentro das comunidades porque restringiu o acesso e o controle que elas tinham sobre a floresta da qual dependem para se sustentar.

Herlina, uma mulher da aldeia de Sei Ahas, disse que o KFCP não foi implementado de forma transparente. As informações sobre o projeto não foram compartilhadas adequadamente com a comunidade, e apenas certas pessoas ou grupos tinham conhecimento – as mesmas que se beneficiaram dele. A comunidade sofreu as consequências. As pessoas perderam seus direitos, seu acesso e seu controle sobre a floresta, e não têm mais os benefícios que os sustentavam até a chegada do projeto KFCP. O REDD+ e o KFCP destruíram a floresta e os meios de subsistência dessas pessoas, levando ao empobrecimento que afeta desproporcionalmente as mulheres.

O desmatamento causado por esses projetos de investimento contribuiu para as mudanças climáticas. As estações não são mais previsíveis. Na época de plantio, as comunidades Dayak – incluindo as mulheres – não podem mais confiar no conhecimento local baseado nas constelações, pois as estrelas que elas tradicionalmente usavam para se guiar já não parecem as mesmas no céu. Isso ocorre porque os céus de Kalimantan Central foram poluídos pelo

crescimento das emissões de gases de efeito estufa, e essa poluição levou a um aumento de pragas e inundações, causando quebra de safra nas comunidades. Em suma, os povos indígenas das aldeias de Mantangai Hulu, Kalumpang e Sei Ahas enfrentaram várias camadas de empobrecimento sistêmico, e as mulheres foram as mais intensamente afetadas.

Como não queriam perder a esperança, as mulheres Dayak dessas três aldeias começaram a construir um movimento de resistência coletiva, começando com discussões para construir entendimento, elevar a conscientização e aumentar seu conhecimento. Percebendo que suas florestas são fonte de alimento para suas famílias, bem como uma farmácia e um espaço de importância cultural, elas tomaram iniciativas para recuperá-las e defendê-las. Acima de tudo, a floresta sustenta as vidas delas e das gerações futuras. Elas também realizaram atividades de formação para tomar coragem e denunciar a situação e os problemas que enfrentam desde que sua floresta começou a ser controlada por grandes empresas. Uma das estratégias que elas têm adotado para defender suas terras de investidores poderosos é cultivar coletivamente uma variedade de alimentos e ervas. Elas também têm feito tecelagem em ratã, encontrado em sua floresta. Tecendo essa planta, as mulheres registraram a história da civilização Dayak, que está intimamente relacionada à natureza e à floresta. Para as mulheres indígenas, continuar tecendo é uma forma de resistir às várias injustiças que elas têm enfrentado.

As Dayak visitaram instituições de governo para exigir justiça e recuperar sua floresta. Elas têm o apoio da Solidaritas Perempuan, uma organização que vem acompanhando constantemente a luta do povo de Sei Ahas, Kalumpang e Mantangai Hulu. A Solidaritas Perempuan proporciona um espaço para as mulheres expressarem suas lutas, não apenas na região, mas também em nível nacional e até internacional.

Até agora, suas lutas resultaram em três grandes vitórias. Uma delas é o cancelamento do projeto KFCP (embora uma norma local continue restringindo o uso tradicional do fogo pelas comunidades). Uma segunda vitória é a revogação da licença comercial da empresa de dendê que opera na aldeia de Sei Ahas. E uma terceira vitória é a decisão das mulheres, junto com o povo da vila de Kalumpang, de rejeitar o mega-projeto de produção de alimentos em sua aldeia. De acordo com as mulheres e suas comunidades, esses projetos não lhes trarão bem-estar, apenas tomarão suas terras e as controlarão. No final, esse caminho levaria a uma maior marginalização da comunidade, principalmente das mulheres, pois elas seriam separadas dos espaços nos quais construíram suas vidas e seus meios de subsistência.

### **Yuni Warlif dan Rima Bilaut (Solidaritas Perempuan)**

- (1) Maneser Panatau Tatu Hiang: Diving into the wealth of our ancestors, book by Tjilik Riwut.
- (2) Dijah, Dayak woman from Mantangai Hulu village, Kapuas district, Central Kalimantan. 28 June 2024



## **Gabão: Controvérsia sobre o projeto de monocultura de eucalipto nos Planaltos Batéké**

**A empresa Sequoia alega ter obtido 60.000 hectares para um projeto de monocultura de eucalipto na província de Haut-Ogooué, no Gabão. As declarações das comunidades e uma pesquisa de opinião com mais de 1.400 pessoas da região afetada jogaram luz sobre a total rejeição desse projeto de plantação. Autoridades do atual governo e parlamento também expressaram abertamente sua oposição ao projeto.**

Desde 2021, o início dos trabalhos para viabilizar um projeto de monocultura de eucalipto tem colocado em alerta a população dos departamentos de Plateaux e de Djouori-Agnili, na província de Haut-Ogooué, no Gabão. Localizado na África Central, o Gabão faz parte da Bacia do Congo, considerada a segunda maior floresta tropical depois da Amazônia. Mais de 80% do território do país é coberto por florestas; as savanas dos Planaltos Batéké representam um ecossistema peculiar com paisagens únicas.

Nos departamentos de Plateaux e de Djouori-Agnili, assim como em outros lugares, a agricultura, a colheita e a comercialização dos produtos brutos processados e/ou acabados que lhes resulta, representam as principais fontes de subsistência para a maioria da população. É por isso que o anúncio de um megaprojeto de monocultura de árvores no planalto causou grande preocupação entre as comunidades da região.

As preocupações se acentuaram ainda mais pela intenção do promotor do projeto em vender créditos de carbono com base nesta plantação de árvores. Há cerca de vinte anos que as empresas petrolíferas e outros poluidores vêm promovendo o conceito de créditos de carbono. Para desviar a atenção do papel que a exploração de petróleo e a queima de carbono fóssil têm na mudança climática, seus consultores vêm explicando aos governos que, em vista da mudança climática e com objetivo de manter a sustentabilidade do clima, é importante proteger as florestas e plantar árvores.

Em geral, quando essas empresas e seus consultores chegam a um país costumam organizar encontros com o governo sobre carbono e clima e fazem promessas de investimento em plantações de árvores que viriam apoiar a economia nacional, proteger a floresta e criar empregos nas comunidades onde o projeto será instalado. Por trás dessas promessas, eles pretendem apropriar-se das terras comunitárias para plantar árvores, alegando que essas árvores protegerão o clima e o meio ambiente. No caso do projeto de eucalipto nos Planaltos Batéké, no Gabão, a empresa Sequoia já registrou seu projeto de plantação de eucalipto na Verra, a principal organização que certifica projetos de crédito de carbono. (1) Isso mostra que o projeto de eucalipto nos Planaltos Batéké, conhecido como LAPHO, também é um projeto de crédito de carbono.

## **Um projeto do antigo diretor da Olam Gabon**

O projeto de monocultura de eucalipto é falsamente chamado de LAPHO (Leconi Agroforestry Project in Haut-Ogooué), uma clara contradição, uma vez que o eucalipto não é adequado para a agrossilvicultura. O projeto alega ter obtido 60.000 hectares para o plantio de eucalipto nessa região das savanas, uma séria ameaça tanto para as pessoas que vivem nos planaltos quanto para a ecologia.

O promotor desse projeto é a Sequoia Plantation, uma empresa criada por um fundo sediado nos Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi). O principal acionista é Gagan Gupta, ex-diretor da Olam Gabon, uma empresa que assumiu o controle de quase todos os setores econômicos do Gabão. O projeto Sequoia diz ser um conjunto de atividades econômicas sob a administração da Zona Econômica Especial do Gabão (GSEZ). A GSEZ é considerada uma empresa de fachada da família Bongo, que governou o Gabão por décadas até ser derrubada por um golpe militar em 2023.

## **Projeto progrediu durante período da Covid**

Em 2021, durante o período da Covid-19, as populações locais notaram a movimentação de veículos e maquinário pesado atrás do vilarejo de Kandouo, no leste da província de Haut-Ogooué. O trabalho de aterro e nivelamento do local destinado à infraestrutura de um viveiro e de uma base de operação foi realizado sem consultar as populações locais. Foi assim que os túmulos de seus ancestrais foram destruídos. As famílias afetadas se uniram para reclamar junto dos operadores em loco; estes lhes disseram que elas deveriam recorrer à presidência da época (Ali Bongo Ondimba). Parecia claro portanto que a família Bongo estava por trás do projeto. Obviamente os métodos de instalação sem consulta pública e participativa das populações locais demonstravam um claro abuso de poder que desrespeitava a regulamentação do Gabão. A partir desses fatos, as notícias sobre o projeto se alastraram por toda a sociedade.

Foi nesse cenário que, no início de 2023, a organização CREPB (Coletivo dos Habitantes e Ecologistas dos Planaltos Batéké) entrou em contato com os ministérios e instituições do governo do Gabão. As solicitações de acesso à documentação do projeto ficaram sem resposta, revelando os caminhos tortuosos e duvidosos do projeto. O CREPB tomou várias medidas administrativas e organizou coletivas de imprensa para chamar a atenção da opinião nacional e internacional para os perigos e procedimentos não regulamentares do projeto. Essas atividades forçaram a empresa Sequoia a endereçar uma defesa ao gabinete do primeiro-ministro.

Nesse contexto, em dezembro de 2023, uma missão colaborativa de conscientização foi organizada e realizada nos Planaltos pelas associações CREPB e JVE (Jovens Voluntários em favor do meio-ambiente). Em 31 de julho de 2023, após uma pressão persistente das bases, a Sequoia organizou uma cerimônia dita de consulta pública. Em vez de realizá-la nas localidades afetadas pelo projeto de plantação, a saber nos departamentos dos Plateaux e de Djouori-Agnili, a empresa organizou o evento em Franceville, a vários quilômetros do local previsto para as plantações de eucalipto. A Séquoia também declarou publicamente que encerraria suas operações em 7 de dezembro de 2023, enviando uma carta ao primeiro-ministro e a quatro outros ministérios.

Em 23 e 24 de março de 2024, a empresa retomou suas consultas, incluindo uma no vilarejo de Kandouo, adjacente às plantações do projeto Sequoia, e uma em Bongoville, a vários quilômetros do local da plantação. Em 8 de maio de 2024, a Sequoia apresentou ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável seu relatório de estudos de impacto ambiental. O Departamento emitiu um comunicado em 22 de maio convidando as pessoas interessadas a consultar e comentar o relatório. Quatro associações enviaram um relatório conjunto de observações jogando luz sobre as deficiências e os graves perigos associados ao projeto. Entre outras coisas, as associações destacaram (1) o descompasso entre o texto do projeto e seu conteúdo real; (2) a ausência de mapeamento participativo; (3) parâmetros de estudo aviltados (como não levar em conta os recursos animais e hidrológicos, amostragem marginal e falsa identificação de espécies em locais fora da área destinada à exploração); (4) o risco de poluição das águas subterrâneas com pesticidas; (5) o risco das águas subterrâneas secarem; (6) a perturbação ambiental (por meio da destruição de espécies vegetais e animais); (7) a perda de biodiversidade; (8) o risco de incêndios gigantescos; (9) o risco do surgimento (nas populações afetadas) de doenças graves ligadas aos efeitos dos pesticidas e das atividades da empresa; (10) o risco de colocar em perigo as populações locais e levá-las a emigrar; (11) a falta de soluções diante dos riscos; (12) a falsidade das consultas públicas. Em resumo, a empresa apresentou um relatório de estudo de impacto ambiental contendo gravíssimas omissões e deficiências.

Apesar destas evidências manifestas, o comitê de avaliação do estudo de impacto optou por manter apenas a inadequação entre a redação do projeto e seu conteúdo, a ausência de um plano de manejo ambiental orçado e a falta de um comitê de vigilância sobre a condução do projeto. Com base neste inventário reduzido de falhas, o comitê rejeitou o relatório na primeira leitura e solicitou à Sequoia que providenciasse uma solução para suprir a essas deficiências.

## **Rejeição total do projeto**

As muitas visitas que fizemos ao coração dos Planalto Batéké revelaram que a população local rejeita totalmente o projeto de plantação de eucalipto da empresa Sequoia. O testemunho do chefe do bairro de Djouani/Ompouyi reflete a opinião expressa em todos os vilarejos que visitamos: "Nunca aceitaremos que nossas terras sejam capturadas pelas plantações de eucalipto, o homem Teke só planta árvores que alimentam, vejam nossos velhos vilarejos, vocês encontrarão ali mangueiras, açafroeiros e abacateiros e não árvores que irão destruir nossas terras. Dizemos não ao eucalipto": Com exceção da população do vilarejo de Kandouo (onde estão localizados os viveiros) que está dividida, as pessoas de todas as outras localidades dos departamentos interessados são 100% contrárias ao projeto de plantação. A situação é a mesma para todos os vilarejos dos departamentos de Plateaux e de Djouori Agnili, bem como para as cidades de Leconi e Bongoville. Uma pesquisa realizada pelo CREPB registrou 100% de rejeição ao projeto, com base em uma amostra de 1.432 pessoas.

Desde então, as associações CREPB, JVE, Copil-Citoyen, Muyissi Environnement e a Fundação Bongo Ayouma uniram forças para formar uma frente comum nas iniciativas administrativas tomadas para opor-se ao projeto, a saber, a redação e o envio de notificações aos governantes, a análise do estudo de impacto ambiental da Sequoia, a redação e o envio das observações das

associações à Direção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a preparação de transmissões de rádio e televisão. (2) Esse trabalho das associações está tendo um impacto positivo, já que a opinião pública nacional e internacional está assumindo a causa da preservação do meio ambiente do Planalto Batéké.

O prefeito de Djouori Agnili pediu que fossem reabertas consultas públicas verdadeiras, em conformidade com as regras. Do mesmo modo, as próprias populações locais manifestaram sua oposição ao projeto ao Ministro da Agricultura durante sua visita tanto a Kandouo como Bongoville. No âmbito do atual governo gabonês, autoridades importantes como os Ministros do Petróleo e do Turismo e o Primeiro Questor do Conselho Econômico e Social e Ambiental (membro da Assembleia Parlamentar responsável pelas finanças e administração interna), expressaram abertamente sua oposição ao projeto. (3)

## Perspectivas

Até o momento, a luta das populações locais e das associações ambientais contra o projeto de eucalipto da empresa Sequoia não produziu um balanço claro. Apesar da abundância de evidências de que a monocultura de eucalipto é perigosa e da oposição esmagadora ao projeto de plantação nos vilarejos vizinhos, as ações ilegais da Sequoia estão ganhando terreno.

Mas as comunidades e associações que se opõem ao projeto estão alertas e acompanhando de perto os acontecimentos. Elas estão profundamente preocupadas com o fato de as plantações colocarem em risco sua soberania alimentar. Elas expressaram sua oposição às plantações, e os líderes comunitários não cessam de colocar à frente o que as comunidades realmente precisam para seu desenvolvimento:

"Precisamos de soluções para o problema das intrusões de elefantes e precisamos melhorar as plantações de alimentos, além de construir a estrada. Não às árvores de eucalipto", diz o chefe do vilarejo de Ekouyi. O chefe do vilarejo de Souba, no departamento de Djouori Agnili, acrescenta: "Não ao eucalipto, sim aos tratores para as plantações locais".

Na mesma linha, os chefes das aldeias de Saye e Kabala/Akou disseram: "Precisamos de soluções para a agricultura de alimentos e a construção de estradas, não aos eucaliptos" e "Precisamos mecanizar nossa agricultura porque nos planaltos plantamos mandioca, abacaxi, milho e inhame, não eucalipto".

### **DR. René Noël Poligui (CREPB) e Remi Messesi Komlan (JVE GABON)**

(1) [Leconi Agroforestry Project in Haut-Ogooue \(LAPHO\). VCS ID-Nr. 4543. Project «under development».](#)

(2) [Programas de rádio.](#)

(3) <https://magazinesuperstar.com/solidarite-internationale-bertin-kourouvi-sallie-a-bertrand-zibi-pour-contrer-les-plantations-deucalyptus-au-gabon/>

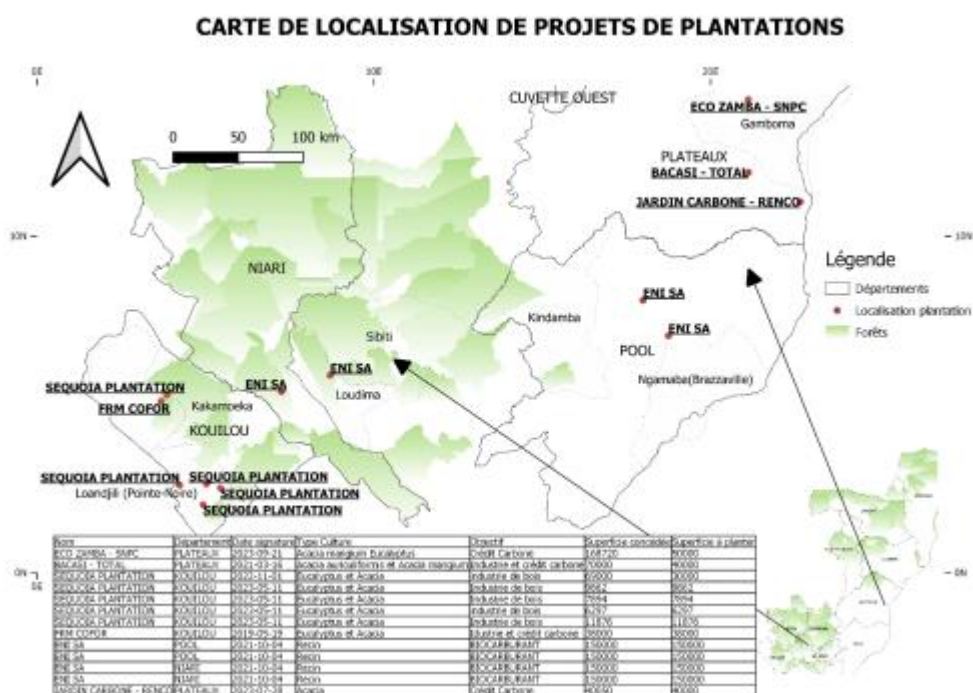
## **A República do Congo sob o efeito da expansão das plantações de árvores destinadas ao mercado de carbono: o lado oculto de um mercado opaco e de greenwashing**

**No Congo-Brazzaville, projetos de plantio de árvores para mercados de carbono proliferaram nos últimos quatro anos. Isso significa a implantação de monoculturas em larga escala iniciadas por empresas petrolíferas sob o rótulo sedutor de neutralidade de carbono e criação de empregos em favor das comunidades, quando na realidade não são uma solução para a crise climática nem um benefício para as comunidades do Congo.**

As indústrias petrolíferas são a principal fonte de emissões globais. (1) Em vez de reduzir suas emissões, eles aproveitam a preocupação com a crise climática para promover projetos enganosos de expansão de plantações de árvores como uma solução para compensar suas emissões (2). Em um círculo vicioso, projetos de plantação altamente opacos estão se desenvolvendo, constituindo assim novas fontes de renda para as empresas de plantação e servindo de justificativa para as multinacionais continuarem poluindo. Vinte anos antes, organizações já estavam soando o alarme sobre o uso da lavagem verde (greenwashing), segundo a qual a expansão das plantações poderia compensar as emissões de carbono. (3) No entanto, os efeitos devastadores desses projetos não apareçam em suas mensagens publicitárias.

Na República do Congo, os projetos de reflorestamento começaram em 1936 após a destruição produzida durante a época colonial. (4) Um Serviço Nacional de Reflorestamento foi criado e um programa nacional de florestamento e reflorestamento foi criado para instalar um milhão de hectares de plantações. (5) Em 2013, o país lançou seu primeiro projeto de carbono como parte do processo de REDD+, cujo financiamento ainda não é efetivo. (6) Por outro lado, a expansão dos projetos de carbono iniciados por entidades privadas começa a partir de 2019, após várias reformas, incluindo a revisão do código florestal, a adoção de uma estratégia de REDD+ e a criação de uma Força-Tarefa de Carbono. (7)

No intervalo de quatro anos, entre 2019 e 2023, já existem sete contratos de arrendamento de longa duração entre o governo e as indústrias extrativas para áreas totais de cerca de 570.000 ha, maiores do que o tamanho de um país como Luxemburgo (ver mapa).



Entre os signatários desses contratos de arrendamento estão as multinacionais europeias que atuam no país e a consultoria Forest Management Resource (FRM). A FRM é pioneira em projetos de plantação de carbono no Congo e agora está em parceria com a maioria das multinacionais – uma espécie de onipresença que parece misturar os papéis de cada um, cheirando a conflitos de interesse (8).

Passando primeiro aos contratos, trata-se de arrendamentos de terras herdadas da era colonial, desta vez arrendadas para o desenvolvimento de projetos de compensação de carbono, incentivando assim a continuidade do ciclo dos poluidores. Este sistema de contrato de arrendamento é ilustrado como uma reconquista colonial de terras agrícolas dos legados coloniais (9), numa abordagem nada transparente e não consensual. A arquitetura desta abordagem é geralmente caracterizada pela ausência de um quadro que torne esses contratos públicos, reforçando assim a opacidade em termos de informação. E especificamente, notamos a falta de consulta às comunidades antes do início em alguns projetos. (10) Essa abordagem é fortemente criticada em vários projetos de carbono desenvolvidos em todo o mundo.

Em relação à área concedida, esses projetos de plantação estão se desenvolvendo em uma lógica de grilagem de terras para as quais o governo facilita o arrendamento a título de “domínios públicos do Estado”, nos termos da Lei nº9-2004, de 26 de março de 2004, com o Código de Domínio do Estado. Mas essa propriedade da terra pelo Estado permanece contestada, principalmente porque os artigos 2, 5 e 23 da Constituição de 25 de outubro de 2015 defendem que a soberania nacional pertence ao povo. Outra coisa, a relação entre a área concedida e aquela destinada às plantações permanece dúbia. De fato, a área total a ser plantada representa 380 mil hectares dos 570 mil. O resultado é um questionamento sobre o uso das outras porções de terra das quais esses projetos não fazem menção.

Além da falta de transparência e da apropriação de terras, também observamos o uso de termos enganosos e sedutores, como neutralidade de carbono e criação de empregos em favor das comunidades. De acordo com vários estudos, as árvores de monocultura na verdade têm um baixo potencial de sequestro em comparação com as florestas naturais que consomem grandes quantidades de água e desempenham um papel negativo na ruptura dos ecossistemas. (11) Isso mostra a natureza ilusória desses projetos de plantação, que destrem toda ou parte da vegetação a fim de compensar as emissões de petroleiras.

Agora é importante entender o impacto da expansão desses projetos nas comunidades dependentes da floresta e o que está por trás desses projetos.

### **FRM COFOR: comunidades se interrogam sobre um mercado de carbono opaco**

Em 2019, a Forêt Ressources Management criou uma subsidiária da Congo Forest Plantation (COFOR), uma empresa de direito congolês. No mesmo ano, assinou um contrato de arrendamento de longo-prazo com o Governo do Congo para melhorar o reflorestamento de Madingou-Kayes. Atualmente, a empresa está desenvolvendo quatro projetos com seus investidores. Entrevistado pelo blog Makanisi, o chefe da empresa diz que o projeto prevê também o estabelecimento de florestas de acácia-mandioca e de eucalipto, o desenvolvimento de um setor de serraria e madeira compensada, com a promessa atraente de criar milhares de empregos para as comunidades. (12) Outro objetivo do projeto é contribuir para a mitigação das mudanças climáticas por meio de plantações. (13)

Mas a realidade parece muito diferente do cenário ideal. As comunidades de Madingou-Kayes entrevistadas afirmam que "não temos acesso nem ao contrato de arrendamento nem ao documento do projeto. Ficamos até surpresos ao ouvir que existem projetos de carbono aqui. Tudo o que sabemos é não se pode entrar nesta floresta...". Além da falta de informação, o consentimento das comunidades não foi obtido antes do início do projeto, de acordo com os membros da comunidade de Mandingou-Kayes.

### **BACASI: greenwashing, violação de comunidades, um projeto inútil para o país**

O projeto BaCaSi é uma parceria entre várias entidades, incluindo: as empresas francesas Total Energies e Forest Resources Management através da sua subsidiária congolês Forest Neutral Congo e a República do Congo. O projeto tem como objetivo desenvolver uma plantação de árvores de 40 mil hectares. A área do projeto é de 55.000 hectares (14), enquanto a área concedida em 2022 é de 70.089 hectares. Isso levanta questões sobre outros objetivos do projeto não reconhecidos.

Além disso, o discurso é de que o projeto é 'uma parceria baseada na agricultura e silvicultura locais avançadas, a serviço do desenvolvimento integrado e da ação climática, com co-benefícios como empregos e projetos sociais nas áreas de nutrição, saúde e educação'. (14)

No entanto, várias revelações feitas por organizações locais e internacionais demonstram que este é um projeto muito controverso. O que se nota são agricultores e populações indígenas forçados a

deixar suas terras em vista da política de apropriação de terras do projeto. Algumas comunidades proprietárias de terras receberam baixa remuneração das autoridades, à taxa de um dólar por hectare para alguns. Isso significou a perda dos meios de subsistência das comunidades, reforçando sua insegurança alimentar e a pobreza. (15) Mas as revelações sobre o projeto Bakasi não param por aí. “Não se trata só de créditos de carbono; a plantação na realidade só vai compensar 2% das emissões de carbono da petroleira Total Energies. Portanto, por trás dessa operação, há uma questão de dinheiro e não de filantropia” opina um defensor de direitos humanos que conclui que esse projeto não é útil para a República do Congo.

### **Plantio de sequoia: processamento de madeira e ambição de crédito opaco**

Após várias oportunidades para desenvolver um projeto destrutivo que foi considerado um fracasso pelas populações do Gabão (16, ver também artigo neste boletim), a Séquoia Plantations encontra refúgio na República do Congo graças ao apoio significativo concedido pelas autoridades, diz um dos gerentes da empresa (17). A Sequoia, fundada pela multinacional OLAM, agora faz parte do Equitane Group, com sede em Dubai. Foram celebrados dois contratos de arrendamento para dois projetos atualmente em desenvolvimento: o projeto de replantação florestal de 36.000 hectares concedido em maio de 2023 e o projeto de 69.000 hectares obtido em 2022, num investimento total de 96,5 milhões de euros (18).

Embora o documento do projeto (19) preveja principalmente o estabelecimento de novas plantações, a exploração e transformação da madeira de plantações já existentes no local, levantando dúvidas. Com efeito, as palavras do gestor da empresa demonstram a existência de objetivos não reconhecidos dos projetos. Durante uma entrevista (19), o gerente sugere que sua empresa realizará plantações em larga escala, a fim de combater as mudanças climáticas, reduzindo ao mesmo tempo sua pegada de carbono. Por outro lado, um morador de Mandingou-Kaye, denuncia a falta de acessibilidade ao contrato de arrendamento e um processo de consultas voltado às autoridades locais. Isso deve, em última análise, estabelecer a existência de uma agenda climática não reconhecida e que os projetos se desenvolveram em uma abordagem de falta de transparência.

### **Eco ZAMBA: Oportunismo excessivo e impactos imprevisíveis**

Chamado EcoZamba, o projeto da Société Nationale des Pétroles du Congo está ocorrendo na zona de savana dos planaltos do Congo. Um contrato de arrendamento de 30 anos foi recentemente celebrado em 2024 com o governo, que concede à empresa o uso de 168.720 hectares de terra. Esses projetos florestais e agroflorestais de 50.000 hectares visam, entre outras coisas, vender créditos de carbono. (20)

Mas algumas ONGs são céticas sobre os impactos do projeto nas comunidades e no meio ambiente. Segundo eles, “as petroleiras não se destinam a reflorestar. Sua vocação é produzir e comercializar petróleo. Eles estão embarcando em um setor que não é o delas. É por puro oportunismo. Mas no plano ambiental, estamos perdendo o nosso ecossistema das savanas. E, há animais, pássaros e insetos que só podem prosperar em áreas de savana.” O custo de



financiamento do projeto não foi revelado, denuncia, e o contrato de arrendamento ainda não foi publicizado. (21)

### **RENCO: o projeto Mbé Carbon Garden**

O Governo da República do Congo e a RENCO GREEN SARLU, uma subsidiária da multinacional italiana RENCO SPA, assinaram um acordo de parceria em 28 de julho de 2023 como parte da implementação do Jardim Carbone-Mbé. O projeto tem como objetivo implementar plantações de *Acacia auriculiformis* de 40.050 hectares e comercializar o carbono das árvores plantadas. Nesta área, o projeto prevê a instalação de 1.200 hectares de plantações agroflorestais em benefício das populações segundo o modelo agroflorestal “Acacia-mandioca”, com uma dinâmica de implantação de 150 (cento e cinquenta) hectares por ano e rotações de oito anos. (22)

Por fim, o projeto não prevê nenhum plano de repartição de benefícios com as comunidades em razão da exclusividade garantida pela lei dos créditos de carbono gerados em plantio privado de domínio florestal do Estado.

Além disso, outros projetos de carbono foram concedidos na República do Congo, desta vez nas indústrias florestais e no setor de conservação. Entre outros, a indústria florestal de Ouessou (23); a Madeira Industrial Congoleza; Yuan Dong Forestry Company, e a ONG conservacionista Wildlife Conservation Society. (24) Além disso, a African Park Network, gestora do Parque Nacional de Odzala-Kokoua, manifestou a sua intenção de diversificar o seu campo de atividade com os créditos de carbono. (25)

Em última análise, o interesse das empresas de extração de petróleo ainda é continuar a extrair combustíveis fósseis, bem como fazer negócios no âmbito do mercado de carbono, o que representa um duplo benefício para elas (26). Para isso, desenvolvem projetos enganosos, seduzindo comunidades e em abordagens muito pouco transparentes. Enquanto isso, permanecem intactas as raízes do problema, entre as quais a mudança climática causada pelo uso de combustíveis fósseis e a falta de acesso e proteção das terras utilizadas pelas comunidades. Por mais vasta que seja, nenhuma plantação de árvores jamais será capaz de absorver o carbono emitido pelas atividades petrolíferas e nunca resolverá os problemas das comunidades que dependem da terra e das florestas.

### **Bernadin Yassine NGOUMBA, defensor de direitos humanos e ambientais, e o secretariado do WRM**

(1) [Rapport Agence internationale de l'énergie \(AIE 2023\)](#) : 33 pour cent pour le pétrole et 23 pour cent pour le gaz naturel.

(2) WRM. [Expansion des plantations d'arbres pour les marchés du carbone](#). Décembre 2023.

(3) Déclaration du Groupe de Durban. 2004.

(4) Jean, B. et Delwaulle, - J.C. Les Reboisements en République Populaire du Congo. La Chronique Internationale. 1981, Vol. XIII, 2.

(5) Service National de Reboisement (<http://snrcongo.free.fr/>) créé en 1986 et Programme National d’Afforestation et de Reboisement (PRONAR) créé en 201. <https://tinyurl.com/4cx47zuc>

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (6) RP Sangha Likouala, document de projet. <https://tinyurl.com/4h9js8y3>
- (7) Code forestier révisé : Loi 33 du 08 juillet 2020 portant code forestier, art. Titre 10 sur les crédits carbone, art. 177 et suivant (<https://www.sgg.cg/codes/congo-code-2020-forestier.pdf>) ; [strategie REDD : Stratégie REDD+](#), 2018; task force carbone : [Communiqué de la session inaugurale de la mise en place de la Task-Force Carbone](#), février 2024.
- (8) Pigeaud, Fanny. Dans le bassin du Congo, la Françafrique fait feu de tout bois. Pulitzer Center, 2024.
- (9) Raison, Jean-Pierre. La colonisation des terres neuves intertropicales. *Persée*. 1968, 5-112.
- (10) REDD Monitor, Les dirigeants autochtones n'ont pas été consultés sur l'accord REDD de 180 millions de dollars conclu par la coalition LEAF dans l'État du Pará. <https://reddmonitor.substack.com/p/indigenous-leaders-were-not-consulted>
- (11) [Total au Congo, une opération de Greenwashing destructrice](#). Comité catholique contre la faim et pour le développement - terre solidaire. 2022.
- (12) Le Congo mise sur l'agroforesterie et les puits de carbone en savane. Malu-Malu, Muriel Devey. s.l. : Makanisi, 2021.
- (13) Paul Bertaux et al. Les plantations forestières en Afrique Centrale. 2020.
- (14) Le projet BaCaSi : un partenariat pionnier pour le développement durable en République du Congo. Total Energie. 2022. Voir aussi : Loi n°7-2022 du 26 janvier 2022 portant approbation de la convention de partenariat entre le gouvernement et les sociétés Total Nature Based, Congo Forest Company et Forest Neutral Congo.
- (15) Des paysans expulsés pour des crédits carbone au Congo. Tiassou, Kossivi. 2023.
- (16) Haut-Ogoou" : Sequoia plantations face au rejet des population malgré l'opportunité d'emploi. Libreville : s.n., 19 septembre 2023, Ethique media Gabon.
- (17) Singh, Satinder. Une délégation de la société Sequoia chez Rosalie Matondo. Page facebook du MEF. Brazzaville, 19 Janvier 2024.
- (18) SEQUOIA Plantation. Note d'information: La situation de l'eucalyptus en République du Congo. 2024. p. 4-5.
- (19) Barot, Shailesh. Exploitation forestière: la société Sequoia plantation obtient une concession de 35 961 hectares. Brazzaville, 13 mai 2023.
- (20) Signature d'un bail emphytéotique entre le gouvernement congolais et la SNPC. Agence d'information environnementale. s.l., 2024. , [Projet Eco Zamba : la SNPC s'engage dans la plantation d'acacias pour compenser son impact environnemental au Congo](#). Fatshimétrie. s.l., 2023.
- (21) Congo-B: la compagnie pétrolière nationale lance un projet de reforestation. RFI, 2023.
- (22) [Projet JACA-Mbé : RENCO Green Sarlu compte séquestrer 30 millions de tonnes équivalent carbone à l'horizon 2025](#). Agence d'information'environnementale. AIE. Voir aussi : Loi 33 du 08 juillet 2020 portant code forestier, art. Titre 10 sur les crédits carbone, art. 177 et suivant.
- (23) Congo : Un accord pour commercialiser les réductions des émissions générées dans les Aac de Ngombé. Fédération Atlantique des Agences de Presse Africaine (FAAPA). s.l., 2024. Voir aussi : [Projet Interholco AG](#)
- (24) [Projet OLAM CIB](#); [Projet SEFYD](#); [Projet HIFOR de WCS, gestionnaire du Parc Nuabalé Ndoki](#);
- (25) <https://www.aci.cg/congo-economie-forestiere-necessite-de-diversifier-les-activites-du-parc-national-dodzala-kokoua-pour-promouvoir-lecotourisme/?amp=1>
- (26) [La région de la Sangha en République du Congo](#). WRM. 2022.

## A “política climática” da Tailândia, baseada na compensação: mais caos climático e injustiça

**Com apoio do Banco Mundial, o governo tailandês está se mobilizando rapidamente para implementar sua “política climática” baseada na compensação de carbono por meio do uso das chamadas “áreas verdes”, que devem cobrir nada menos que metade do país. No entanto, escondida por trás desse discurso “verde” está uma política econômica que depende muito da continuação do uso de combustíveis fósseis.**

A compra de créditos de carbono gerado em florestas ou projetos de plantio de árvores sob o mecanismo de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) se tornou muito popular em todo o mundo. O REDD possibilitou que muitas empresas e governos alegassem ser “neutros em carbono”, mesmo que o mecanismo tenha se revelado um fracasso. Essa estratégia não dá certo porque, uma vez emitido, o carbono “armazenado” em árvores tem um impacto sobre o clima que é muito diferente daquele causado pelo carbono emitido por “estoques” subterrâneos de petróleo, gás ou carvão (1). Assim, após mais de 18 anos de projetos e programas de REDD em todo o mundo, a crise climática só piorou. Enquanto isso, a única maneira de reverter o caos climático é deixar de extrair combustíveis fósseis.

Após a Cúpula da Terra de 1992, no Rio (o encontro que colocou a questão climática na agenda internacional), o governo tailandês começou a formular e implementar sua “política climática”. A Tailândia tem se mostrado particularmente interessada em uma política baseada na compensação de carbono, uma opção atraente para indústrias poluidoras porque é mais barata do que reduzir as emissões causadas pela queima de combustíveis fósseis. As compensações permitem que as empresas comprem créditos de carbono de projetos localizados em outros lugares, ou seja, que elas “comprem” o direito de continuar poluindo.

Após o lançamento internacional do mecanismo de REDD, em 2007, o Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente criou a Organização para os Gases de Efeito Estufa da Tailândia (TGO, na sigla em inglês) para promover a compensação e o comércio de carbono. Em 2009, o país se tornou membro da Parceria para o Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility, FCPF) do Banco Mundial para “se preparar” para o REDD. Em 2014, o governo criou o mecanismo de Redução Voluntária de Emissões da Tailândia (T-VER), regulamentado pela TGO. Após ratificar o Acordo de Paris (2016), a Tailândia definiu sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para combater as mudanças climáticas, que incluía ter reduzido suas emissões de GEE em até 40% em 2030, tornar-se “neutra em carbono” até 2050 e ter emissão “líquida zero” (net-zero) de GEE até 2065.

O apoio do Banco Mundial, por meio da FCPF, foi fundamental para que o governo tailandês formulasse sua estratégia de REDD para o período de 2023 a 2037. Em 2021, o governo apresentou a estratégia ao parlamento do país para aprovação. A meta é aumentar a cobertura florestal do país, dos atuais 31% para 40% em 2037. O governo alega que isso levaria à redução de até 120 milhões de toneladas nas emissões de CO<sub>2</sub>. Enquanto essa proposta ainda aguarda aprovação no parlamento (e o posterior financiamento volumoso esperado tanto do Banco Mundial quanto de

outros doadores), o governo tailandês anunciou um plano ainda mais ambicioso para compensar as emissões de CO<sub>2</sub>: usar as chamadas “áreas verdes”, com a meta de cobrir 55% do território do país (mais da metade!) com essas áreas.

A criação de “áreas verdes” em vez de florestas gera incentivos para empresas privadas investirem não apenas em projetos de reflorestamento, mas também em plantações industriais de dendê e qualquer tipo de projeto de monocultura de árvores, como plantações de eucalipto, acácia, seringueira ou teca. A seguir, as empresas podem obter créditos de carbono para esses projetos, que supostamente compensam suas emissões. Nas últimas décadas, a expansão industrial do dendê tem sido uma das maiores causas diretas do desmatamento tropical em todo o mundo e, portanto, uma grande fonte de emissões de CO<sub>2</sub>. Atualmente, a Tailândia tem cerca de um milhão de hectares de plantações de dendezeiros e planeja ampliar ainda mais essa área nos próximos anos (2). Todos os grandes projetos industriais de monocultura de árvores causam fortes impactos, incluindo grilagem de terras, impactos ecológicos, uso de violência e despejos forçados, tudo com grande intensidade.

O plano para implementar essas “áreas verdes” e incorporar mais da metade do país a mecanismos de compensação de carbono está sendo coordenado sob os auspícios do programa T-VER e prevê um enorme incremento da área de plantações de árvores, totalizando 30 milhões de rai (4,8 milhões de hectares). Em setembro de 2024, 460 projetos foram registrados no programa, 87 dos quais envolvem plantações de árvores. A alegação é que, juntos, eles supostamente evitarão a emissão de 13 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

### **A política econômica da Tailândia perpetua a dependência em relação aos combustíveis fósseis**

O papel central das compensações de carbono na “política climática” da Tailândia pode ser mais bem compreendido quando se olha para os planos de desenvolvimento econômico e a matriz energética do país. Atualmente, 70% de suas emissões de GEE vêm da queima de combustíveis fósseis. A proposta de plano de energia feita pelo governo em 2024 para o período de 2024-2037 prevê que os combustíveis fósseis, principalmente gás e carvão, continuem sendo a principal fonte de energia da Tailândia, respondendo por 48% do fornecimento de energia do país. Essa fonte será complementada por energia solar e outras fontes renováveis (32%), energia hidrelétrica (17%) e outras.

A dependência da Tailândia em relação aos combustíveis fósseis serve como justificativa para que sua política de desenvolvimento econômico esteja focada na implementação de uma rede de 15 das chamadas “Zonas Econômicas Especiais” (ZEEs), incluindo “corredores econômicos” (3). Essas áreas garantem condições especiais para investidores, como incentivos fiscais e concessões de até 99 anos, e se espera que atraiam investimentos estrangeiros, principalmente da China, do Japão e dos Estados Unidos.

Mas esses projetos também gerarão, inevitavelmente, mais apropriação de terras e mares, bem como mais emissões de GEE baseadas em combustíveis fósseis, devido a todas as atividades de

construção, de transporte e industriais envolvidas. Por exemplo, o Corredor Econômico do Sul (SEC) planejado nessa parte do país cobrirá 14 províncias. Os locais-piloto estarão nas províncias de Ranong, Chumphon, Nakhon, Thammarat e Surat Thani, cobrindo uma área total de 300 mil rai (48 mil hectares). O projeto incluirá um porto de águas profundas, bem como indústrias químicas, de petróleo e de processamento de alimentos. O SEC destruirá áreas costeiras e florestais, deslocará comunidades e terá forte impacto na segurança alimentar das comunidades próximas. Para contextualizar, é uma região que inclui inúmeras comunidades que dependem de manguezais e um sítio Ramsar (4) para conservação da biodiversidade.

## **Lucro de empresas e lavagem verde**

Em vez de abordar o grave problema do caos climático e suas causas profundas, a “política climática” do governo tailandês — como as de tantos outros países — beneficia investidores internacionais e o já privilegiado setor privado do país. Essa “política climática” também proporciona um benefício a mais às empresas de combustíveis fósseis altamente poluentes: permite que elas façam lavagem verde e desviem a atenção de atividades destrutivas e das violações que cometem.

Um exemplo de empresas que fazem lavagem verde e desviam a atenção das violações que cometem é a companhia nacional tailandesa de petróleo e gás, a PTT. Ela importa gás de Mianmar para garantir o fornecimento na Tailândia, e os pagamentos que a PTT faz ao regime militar lhe permitem continuar uma guerra sangrenta contra seu próprio povo (5). Ataques aéreos do exército de Mianmar já mataram milhares de cidadãos do país, e milhões deles se tornaram refugiados. No entanto, a PTT, com sua participação no programa de compensação T-VER, projeta a imagem de uma empresa social e ambientalmente responsável. Em 2023, anunciou que irá “reflorestar” 2 milhões de rai (320 mil hectares) em todo o país até 2030. Seu CEO afirma que a PTT “cumpru rigorosamente sua missão de manter a segurança energética, bem como de cuidar da sociedade e do meio ambiente nos últimos 45 anos” (6).

## **Mais injustiça social e mais resistência**

Comunidades tailandesas que vivem nas florestas, dependem delas e as cuidam tiveram que enfrentar pelo menos duas grandes ameaças: ataques ao seu território como resultado de uma política econômica destrutiva (incluindo as ZEEs) e uma política conservacionista violenta e autoritária que está sempre tentando expulsá-las da floresta (7). E agora, a pressa para instalar projetos de carbono que passariam a controlar suas terras (tudo sob pretexto de “compensar” a poluição em outro lugar) é uma ameaça extra, que elas enfrentarão cada vez mais.

Quanto ao Corredor Econômico do Sul (SEC), no sul da Tailândia, as comunidades já estão protestando contra esses planos. Elas escreveram cartas a investidores manifestando suas preocupações, inclusive falando sobre como esse projeto representa uma ameaça aos seus meios de subsistência. Mas, como em outros países, as comunidades tailandesas costumam aceitar projetos de carbono por causa dos benefícios prometidos pelo governo e por ONGs. No país, 89 comunidades registraram 121 chamadas “florestas comunitárias” no esquema T-VER, incluindo

comunidades do sul que dependem de manguezais. Talvez uma razão para essa aceitação seja que esses projetos não envolvem diretamente a destruição aberta e visível causada por outros tipos, como mineração, plantações de árvores, portos de águas profundas e zonas industriais.

Consequentemente, várias comunidades no sul da Tailândia já assinaram contratos de até 30 anos para vender créditos de carbono (8). De acordo com esses contratos, as comunidades receberiam 20% das vendas, enquanto 70% iriam para o desenvolvedor do projeto de carbono e 10% para o governo. Para receber sua parte, a comunidade precisa garantir que o carbono “armazenado” nas áreas de mangue não apenas será mantido lá, mas também aumentará ao longo do período do projeto. Contudo, não está claro o que isso significa na prática, pois o contrato não fala claramente sobre, por exemplo, restrições à entrada e uso dos manguezais. O que o contrato do projeto de carbono diz é que ele pagará às pessoas da comunidade para trabalhar no projeto – o que significa monitorar a área de mangue contra ameaças potenciais. Mas quais são essas ameaças, se as comunidades sempre cuidaram da floresta?

Experiências de outros lugares nos mostraram que, na maioria das vezes, essas “ameaças” são os próprios membros da comunidade, quando querem cortar uma árvore ou pretendem “perturbar” o carbono armazenado no mangue. Esses projetos também geram conflitos dentro das comunidades. Por exemplo, é comum que haja divisões entre uma minoria que se beneficia do projeto de alguma forma (por exemplo, por meio de empregos) e uma maioria que é excluída desses benefícios e até mesmo prejudicada pelo projeto. É muito provável que haja conflitos na Tailândia, onde as pessoas que vivem em áreas florestais têm sido historicamente ignoradas e perseguidas, e nenhum direito à terra lhes foi reconhecido. Devido a esse precedente histórico de ignorar os direitos dos moradores da floresta, os novos “detentores de direitos” de carbono (empresas que promovem e compram os créditos) não costumam informar adequadamente as comunidades sobre seus projetos, muito menos buscar o consentimento delas.

Porém, cada vez mais, comunidades e movimentos populares em toda a Tailândia têm começado a falar e buscar entender melhor o que realmente está acontecendo com a “política climática” do governo. Eles estão falando sobre como os esquemas de compensação de carbono tendem a piorar o caos climático e causar mais injustiça social, e não o oposto (9).

A luta deles pode nos ajudar a lidar com as múltiplas crises que a Tailândia está enfrentando, apontando uma nova direção: em vez de promover mecanismos de compensação de carbono que aumentam os lucros das empresas com base na extração e na queima de combustíveis fósseis, podemos promover e reconhecer os direitos de quem depende da floresta, como as comunidades dos manguezais do sul da Tailândia que dependem e cuidam dessas florestas há muitas gerações. Apoiar suas lutas e suas demandas pode promover a justiça social e climática no país.

**Secretariado Internacional do WRM, com contribuição de Surin Onprom (pesquisador independente) e Bandita Yangdee (Center for Ecological Awareness Building)**

(1) <https://www.wrm.org.uy/pt/15-anos-de-REDD-Todo-o-carbono-e-igual>

(2) <https://www.krungsri.com/en/research/industry/industry-outlook/agriculture/palm-oil/io/plam-oil->

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

[industry-2024-2026](#)

- (3) <https://www.thailand.go.th/issue-focus-detail/006-023>
- (4) So-called wetlands of international importance, see [www.ramsar.org](http://www.ramsar.org)
- (5) <https://globalmayday.net/bloodmoneymyanmar/>
- (6) <https://www.nationthailand.com/business/corporate/40030072>
- (7) <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/colonialismo-florestal-na-tailandia>
- (8) <https://dialogue.earth/en/nature/thailand-turns-to-mangrove-carbon-credits-despite-scepticism/>
- (9) The People's Network for Climate Justice and Against Greenwashing. Stop Greenwashing Say No to Carbon Offset End the false solutions to climate crisis. 14 October 2024, [Veja aqui](#).

## **A Portucel/Navigator e o eucalipto em Moçambique: “O que essa empresa deixa para a população é 0%”**

**Além de impactos diretos na vida das comunidades, as monoculturas de eucalipto representam uma desigualdade absurda e obscena. Um grupo de 45 moradores das comunidades com quem conversamos ficou pasmo ao saber que seria necessário que trabalhassem 2300 anos a fio para receber coletivamente, através de seu trabalho, o que a família para a qual trabalham recebeu em um ano, apenas por meio de títulos de uma de suas propriedades.**

*“O riacho está a ficar seco. Ali naquela baixa o eucalipto está a puxar toda a água, não se consegue mais produzir bem”*

*“Pra ir buscar água agora temos que ir em três ou quatro mulheres, senão já não é possível [por causa dos assédios dos guardas da empresa]”*

As frases acima e outras a seguir foram ditas em agosto de 2024 por moradores das comunidades de Nhamacoa, Nhamaduri e Cortina-de-ferro, nos distritos de Gondola e Sussundenga, província de Manica, Moçambique. Além delas, foram também ouvidas dezenas de outros testemunhos que revelam os impactos sofridos com a chegada da empresa Portucel e seus monocultivos de eucalipto na região. São relatos de indignação diante de promessas vazias de emprego e de melhoria de infraestrutura nos territórios, bem como de conflitos com representantes da empresa, guardas e autoridades locais.

*“Aquela faixa de terra a Portucel derrubou e destroncou para plantar eucalipto [...] Era área de floresta e machambas [pequenas áreas de roça para cultivo de alimento]”*

*“A empresa prometeu [construir] escola, furo d’água [poço], ponte, arrumar a estrada, e até hoje nada! Tudo que fez foi dar alguns cabritos e sementes já fora da validade”*

*“A machamba que herdei está completamente tomada de eucalipto à volta, já não se produz por causa da sombra.”*

A empresa ainda não implantou nem 10% dos 240 mil hectares de monoculturas que pretende com seu projeto “florestal” de eucalipto. Porém, a presença mesmo incipiente da empresa já foi suficiente para gerar vários tipos de problemas mencionados pelas comunidades.

### **Quem é a Portucel?**

A Portucel Moçambique é uma empresa de produção de eucalipto para celulose criada em 2009 pela gigante portuguesa The Navigator Company, uma das maiores empresas europeias do setor de papel e celulose, e a terceira maior exportadora de Portugal, responsável por 1% do PIB do país (1). Em Moçambique, a Portucel obteve do governo uma concessão de uso de 356 mil hectares por 50 anos renováveis para implantar o maior projeto do país para produção de pasta de celulose para



exportação, por meio do plantio de extensas monoculturas de eucalipto nas províncias de Zambézia e Manica. O investimento de cerca de 2,5 bilhões de dólares teve participação de 20% do Banco Mundial, através da Corporação Financeira Internacional (IFC).

Em outubro de 2024, passados mais de 10 anos dos primeiros plantios, as monoculturas da empresa abrangem somente 14 mil hectares, e a fábrica de estilhas prometida para 2023 não saiu do papel. Em 2020 a empresa iniciou o corte das primeiras áreas e a exportação de madeira bruta, enviando desde então nove navios cheios de toras de eucalipto desde o porto de Beira até Portugal, um total de 285 mil metros cúbicos de madeira (2).

Depois de um período de atrasos e incertezas, a Portucel, que é o maior investimento da Navigator fora de Portugal, renovou suas promessas de construção de uma fábrica de estilha para 2026 e de uma fábrica de pasta de celulose para 2032-2034. Assim, prevê-se que a empresa expandirá seus desertos verdes de eucalipto até pelo menos 40 mil hectares nos próximos dois anos.

### **A relação da Portucel com as comunidades**

Na propaganda da Portucel, a empresa afirma que já obteve 4.000 acordos de cedência de terra pelas famílias, destacando o “diálogo permanente” e supostas “reuniões mensais com as comunidades”(3). Em relação aos empregos, recentemente a empresa publicou uma lista de supostos retornos positivos de suas plantações, com “emprego qualificado e valorização profissional” aparecendo em primeiro lugar (4). No entanto, com base nos inúmeros relatos ouvidos nas diversas vezes em que visitamos comunidades afetadas pela Portucel nas duas províncias em que está presente, podemos afirmar que a propaganda da empresa é absurdamente fantasiosa. A falta de transparência das pífias consultas comunitárias, a pouca oferta de emprego e as condições precárias de trabalho já foram registradas diversas vezes por meio de visitas, relatos e publicações científicas (5).Essas evidências foram mais uma vez corroboradas pelos testemunhos que ouvimos recentemente na província de Manica.

### **Acumulação obscena**

Uma das afirmações na propaganda da Portucel, entretanto, não se pode negar: a de que sua atividade significa “geração de riqueza e valor acrescentado no país”. Sem dúvidas, a obtenção de terras baratas no Sul Global por corporações do Norte Global, com o apoio de organismos internacionais, associada ao emprego de mão de obra barata intensamente explorada, representa possibilidades gigantescas para gerar riqueza NO país. Não significa, contudo, que a riqueza permanece NO país, e muito menos com o povo daquele país.

O caso Portucel/Navigator, auto-proclamada “a empresa mais sustentável do setor florestal mundial” (6), é um exemplo de como a propaganda de sustentabilidade, e de benefícios sociais legitima um processo de acumulação primitiva (apropriação de extensas áreas de terra) que permite a uma empresa do Norte Global transformar pessoas e natureza em meros recursos produtivos (trabalho e terra) e inseri-los – a um custo muito reduzido – no circuito ampliado de reprodução de seu capital.

Embora comunidades denunciem inúmeras irregularidades e violações da Portucel/Navigator, as próprias regras do jogo avalizam as injustiças que seu negócio representa. Por exemplo, em 2022, a Navigator distribuiu 200 milhões de euros em dividendos para seus (poucos) donos, sendo 70% desse montante para o conglomerado Semapa, que pertence quase na sua totalidade (83%) à Sodim, holding da família portuguesa Queiroz Pereira (7). Um grupo de 45 moradores das comunidades com quem conversamos ficou abismado ao saber que se todos eles trabalhassem nos plantios da Portucel ininterruptamente recebendo diariamente o devido pagamento prometido (nem sempre pago) pela empresa, seria necessário que o grupo trabalhasse mais de 2300 anos(!) para receber coletivamente, através de seu trabalho, o que herdeiros de uma única família receberam em apenas um ano sem qualquer necessidade de trabalho, por meio de títulos de apenas uma de suas propriedades (8). Essa comparação escancara uma desigualdade absurda e obscena naturalizada por um modelo de desenvolvimento fundamentalmente concentrador que, em Moçambique, se materializa nas monoculturas de eucalipto em expansão nas províncias de Manica e Zambézia.

*“A empresa chegou oferecendo ‘quem ceder a terra receberá emprego.’”*

*“O trabalho é 15 ou 30 dias e acaba. E descontam tudo que podem do pagamento.”*

*“O pagamento é sempre atrasado e desordenado.”*

*“Deram boné e camiseta da empresa só pra tirar foto.”*

## **Resistência**

Diante das injustiças que a empresa se empenha em esconder ou maquiagem, parte dos afetados junto a associações comunitárias e organizações parceiras insiste em resistir aos desertos verdes das monoculturas de árvores.

Com este objetivo, em agosto de 2024, na província de Manica foi realizado um encontro com 50 membros de comunidades afetadas por monoculturas de árvores, organizado pela Justiça Ambiental, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, a Missão Tabita e a Associação de Jovens Combatentes Montes Errego. Foram também visitadas comunidades e ouvidos diversos relatos sobre violações dos direitos de consulta comunitária, direitos trabalhistas, direito de integridade sobre o próprio corpo, bem como sobre impactos ambientais que afetam a produção de alimento pelas comunidades no entorno das plantações. Enquanto alguns ainda acreditam que as empresas vão cumprir as promessas feitas, construir escolas, pontes, “dar” empregos, em outras comunidades o sentimento é de indignação; de não mais permitir o plantio de novas áreas e de retomar áreas que foram apropriadas indevidamente pela empresa.

Com base no encontro, no dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores, 21 de setembro, a Justiça Ambiental publicou um comunicado celebrando a resistência ao projeto das corporações florestais e instando o Governo de Moçambique a investir na produção alimentar

diversificada de base agroecologia, bem como a promover e facilitar as iniciativas de base comunitária para geração de renda (9).

Oxalá o povo e as comunidades moçambicanas façam uso de seu direito constitucional de resistência sempre que necessitem para fazer prevalecer a soberania daqueles que vivem da terra, e não daqueles que querem apenas lucrar com ela!

### **Secretariado Internacional do WRM**

- (1) Conforme indicado por Agroportal em maio de 2024. [Veja aqui](#).
- (2) Conforme material divulgado pela Portucel em outubro de 2024, [disponível aqui](#).
- (3) Idem.
- (4) Idem.
- (5) Veja mais em publicações da Justiça Ambiental [aqui](#) e [aqui](#), [WRM](#) e do [Observatório do Meio Rural de Moçambique](#).
- (6) Conforme comunicado de imprensa da Navigator em julho de 2024, [disponível aqui](#).
- (7) Dados referentes à distribuição de dividendos obtidos [na página web da empresa](#); dados referentes à composição acionária disponíveis [no relatório de contas da empresa](#); e informações referentes à Sodim obtidas em [Jornal de Negócios](#).
- (8) Considerando a remuneração de 3 euros (cerca de 210 meticais) paga pela Portucel por trabalhador braçal por dia, seria necessário que um grupo de 45 trabalhadores vendesse sua força de trabalho durante 2358 anos todos os dias para acumular 116,2 milhões de euros, isto é, o equivalente ao montante de dividendos oriundos da The Navigator Company pagos à Sodim, holding da família Queiroz Pereira, em 2022, se considerados os percentuais de participação societária mencionados.
- (9) Veja o comunicado completo [aqui](#).

## DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

### **Para reler: Destruo aqui e destruo ali: as compensações por perda de biodiversidade como dupla exploração**

Um dos temas centrais em discussão em Cali, na Colômbia, na Cúpula sobre Diversidade Biológica (CBD – COP 16) são os chamados “mecanismos de compensação pela perda de biodiversidade”, uma estratégia para permitir que empresas e seus aliados continuem aumentando seus lucros e, com eles, a destruição dos territórios. Compartilhamos um boletim totalmente voltado a esse tema, que publicamos em 2017 e que contém artigos mostrando os impactos nocivos dessas propostas na vida das comunidades. [Acesse o boletim completo aqui.](#)

## RECOMENDADOS

### **De grileiros a cowboys do carbono: uma nova disputa por terras comunitárias em curso**

A tendência crescente de grandes empresas, principalmente nos setores de tecnologia e agronegócio, investirem em projetos de compensação de carbono por meio do plantio de árvores está levando à concentração de terras em grande escala no Sul global. Neste artigo recente, a organização Grain mostra que o aumento dos projetos de plantio de árvores, alimentado pela demanda empresarial por créditos de carbono, fez com que mais de 9,1 milhões de hectares se tornassem alvo de conversão, principalmente na África e em países como Brasil e Índia. Muitos desses projetos estão ligados a grileiros históricos e figuras conhecidas do agronegócio, revelando a dinâmica colonial desses projetos nos quais empresas estrangeiras exacerbam conflitos e comprometendo os direitos das comunidades. A publicação disponibiliza uma base de dados aberta, com informações sobre todos os projetos de plantação para os mercados voluntários de carbono com mais de 100 hectares iniciados no Sul global após 2016. Disponível em [inglês](#), [francês](#) e [espanhol](#).

### **Créditos de carbono de Moçambique: receitas baixas, aumento do desmatamento e benefícios limitados para as comunidades**

O Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia (ZILMP), em Moçambique, foi lançado em 2019 para combater as mudanças climáticas e reduzir o desmatamento em nove distritos, de olho em 50 milhões de dólares em receitas oriundas de créditos de carbono até 2024. Nesta publicação, o Centro de Integridade Pública (CIP) mostra que, seis meses antes de seu término, a iniciativa havia atingido apenas 25% das metas de redução de emissões e 14% das de receita, com benefícios mínimos chegando às comunidades locais – cerca de 3% do esperado. Embora seja vital proteger as florestas, o aumento da agricultura de subsistência também reflete a necessidade que as comunidades locais têm de garantir seu sustento. Isso contrasta fortemente com as práticas dos maiores emissores de CO2 do mundo e das empresas multinacionais de petróleo e gás, que continuam emitindo gases de efeito estufa em grande escala enquanto usam créditos de carbono para fazer lavagem verde. Disponível em [português](#) e [inglês](#).

## **Por que insistir em um mecanismo ineficaz para enfrentar a crise climática? Reflexões acerca da decisão sobre créditos de carbono na Amazônia colombiana.**

Recentemente, a mais alta corte da Colômbia, o Tribunal Constitucional, publicou o acórdão T-248, de ampla relevância porque responde a um pedido de povos afetados por projetos de REDD+. O Tribunal se debruçou sobre a ação movida por um povo indígena da Amazônia, argumentando que o projeto violava vários de seus direitos, o que foi reconhecido pela Justiça. Além disso, a decisão confirmou os impactos gerados pelos promotores desse tipo de projeto e a responsabilidade do Estado na proteção dos direitos das populações. Mas também são apresentadas diretrizes para a regulamentação do mercado de carbono. Diante disso, a organização colombiana Censat Agua Viva pergunta: esses tipos de mercados devem ser regulamentados ou eliminados? Leia o artigo completo, [em espanhol, aqui](#).

## **Brasil: Territórios em Chamas**

A Articulação Agro é Fogo que reúne movimentos, organizações e pastorais sociais que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e dos direitos de seus povos e comunidades, denuncia numa carta aberta o agravamento da ocorrência sistemática e orquestrada de incêndios criminosos, em função do que já devemos chamar de caos climático na Amazônia e em outras biomas. Rios e terras secos têm contribuído para os incêndios florestais se alastrarem e um dos principais causadores é o agronegócio e seu avanço sem parar. A Carta denuncia ainda que 70% dos recursos do principal programa do governo federal de combate aos incêndios não foram empenhados. Veja a carta na íntegra [em Português aqui](#), [em Inglês aqui](#), e [em Espanhol aqui](#).

## **O Programa de Produção Alimentar Merauke, em Papua: uma tragédia anunciada**

Em 2023, a administração do presidente da Indonésia, Jokowi, anunciou um programa de produção de alimentos de 2 milhões de hectares no sul de Papua, centrado em plantações de arroz e cana-de-açúcar, ignorando que programas semelhantes já fracassaram totalmente, levando a muita apropriação de terras e violações dos direitos de povos indígenas, além de gerar mais lucros para as empresas. Sendo implementado em alta velocidade, o novo programa “PSN Merauke” poderá se tornar o maior projeto de desmatamento em nível mundial, sobreposto a terras consuetudinárias e afetando diretamente 40 mil indígenas. Leia o documento informativo da PUSAKA pedindo a suspensão imediata do PSN Merauke [em inglês aqui](#).

***Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 272 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Compensação e monoculturas: ameaças crescentes aos territórios" (<https://wrm.org.uy/pt/>)***

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.***

**[Assine o Boletim do WRM](#)**

Você perdeu a última edição do boletim do WRM  
***Comunidades resistindo aos extrativismos: da bioeconomia aos monocultivos e à mineração***  
**[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)**

**Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

**Secretaria Internacional do WRM**

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://wrm.org.uy/pt>